

**A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
(ODS) NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

Análise dos ODS incluídos no Tema 1- Pessoas

Cláudia Silva (claudia.cimpin@gmail.com)

Mestranda em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial
Coimbra Business School | ISCAC, Instituto Politécnico de Coimbra,
Quinta Agrícola, Bencanta, 3040-316 Coimbra, Portugal,

Fátima Conde

Professora Adjunta
Coimbra Business School | ISCAC, Instituto Politécnico de Coimbra e CEPESE,
Quinta Agrícola, Bencanta, 3040-316 Coimbra, Portugal,

Clara Viseu

Professora Adjunta
Coimbra Business School | ISCAC, Instituto Politécnico de Coimbra,
Quinta Agrícola, Bencanta, 3040-316 Coimbra, Portugal,

Área Temática: H) Responsabilidade Social Corporativa

Resumo

Promover a sustentabilidade deve ser um objetivo de todas as entidades, públicas e privadas. As instituições públicas deviam ter um papel de incentivo às boas práticas sociais e ambientais. Este trabalho tem como objetivo alertar para a importância da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelos Municípios, e as dificuldades que estes podem sentir, principalmente, em altura de pandemia. Neste sentido, optámos por analisar mais especificamente os ODS incluídos no Tema 1- Pessoas, nos Municípios portugueses. O método de recolha de informação foi o questionário, enviado aos 308 Municípios de Portugal, tendo-se obtido um total de 52 respostas. Os resultados sugerem que ainda é dado pouco relevo à implementação dos ODS.

Abstract

Promoting sustainability must be an objective of all entities, public and private. Public institutions should play a role in encouraging good social and environmental practices. This work aims to raise awareness of the importance of implementing the Sustainable Development Goals (SDGs) by the Municipalities, and the difficulties they may experience, especially during a pandemic. Then, we chose to analyse more specifically the SDGs included in Theme 1 - People, in Portuguese Municipalities. To gather the information it was used the questionnaire. It was sent to the 308 Municipalities in Portugal, and 52 responses were obtained. The results suggest that there is still little emphasis on the implementation of the SDGs.

Palavras- chave: Municípios portugueses, ODS, pessoas, sustentabilidade, pandemia

Keyword: Portuguese municipalities, SDGs, people, sustainability, pandemic

1. Introdução

A Responsabilidade Social (RS) resulta da evolução da inteligência da raça humana, passando do individualismo para uma visão holística, na qual devemos ser responsáveis e maduros para cuidar das nossas próprias ações, ou seja, devemos enfrentar e resolver as consequências do nosso estilo de vida. Todos sabemos que as organizações são interdependentes com o ambiente natural e social em que operam. Portanto, consideramos que as organizações devem alinhar os seus projetos de forma sustentável e ter o cuidado de atuar de forma responsável com o meio ambiente. Contribuindo assim, positivamente, para a sociedade e o meio social em que atuam.

O desenvolvimento económico sem um compromisso com os aspetos sociais, económicos e ambientais torna-se um desenvolvimento desumano, causando exclusão social e impactos negativos na geração atual, e nas futuras. Já em 1997, Elkington, defendia que o mundo devia começar a procurar um equilíbrio entre os elementos das três dimensões, já mencionadas, que compõem a perspetiva do Triple Bottom Line.

Por estes e outros motivos, as questões da RS foram ganhando um significativo espaço de debate e reflexão no meio académico, no ambiente empresarial, e nas organizações governativas (Lopatta, K.; Buchholz, F. e Kaspereit, T., 2012).

Foram vários os acontecimentos e as organizações que, ao longo de décadas, contribuíram para alertar a comunidade para a importância da sustentabilidade.

Em setembro de 2015, em Nova York, os líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU e definiram a Agenda 2030, constituída por 17 ODS, 169 metas e 230 indicadores globais. A Agenda 2030 é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes.

A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, é a sucessora dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que foram um conjunto de 8 objetivos orientadores das discussões e ações globais sobre desenvolvimento, entre os anos de 2000 e 2015.

Os ODS apareceram como um apelo universal para proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham dignidade. A meta principal é a criação de um conjunto de objetivos que conduzam os governos, empresas e sociedades para um mundo mais sustentável e inclusivo. Os ODS foram assinados por mais de 190 países em 2015, e definem as prioridades e aspirações globais para 2030 requerendo uma ação à escala mundial de governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos, dentro dos limites do planeta.

Moallemi, E. A., Malekpour, S., Hadjidakou, M., Raven, R., Szetey, K., Moghadam, M. M., ... e Bryan, B. A. (2019) referem que a Agenda 2030 é um forte sinal de interesse global na coesão ambiental, social e económica, uma união conjunta dos serviços tanto governamentais, como não governamentais, em prol das estratégias de mudança que, de acordo com os autores, devem ser baseadas numa estratégia de inclusão das empresas, cidades e comunidades locais. Apesar de a ideia ser global, deve existir um procedimento sustentável local, sendo necessária uma ação de baixo para cima.

Pese embora, os referidos objetivos serem muito promissores, geraram logo alguma controvérsia, Nilsson, M., Griggs, D., e Visbeck, M. (2016), referiram, por exemplo, que os objetivos dependem uns dos outros - mas que ninguém especificou exatamente como. Os autores salientam que os objetivos estão interligados e por vezes para atingir um, agridem outro, portanto, os países não podem ignorar as sobreposições e simplesmente começarem a implementar um por um, porque correm o risco de obter resultados perversos.

É de salientar que, se até 2019, estes objetivos eram promissores, no último ano (2020) verificamos a fragilidade tanto dos ODS, como do próprio ser humano, face à natureza. Contextualizando o momento atual de pandemia e a nova realidade, Naidoo, R. e Fisher, B. (2020, p. 198) referem que *“o COVID-19 está a mostrar que os ODS, conforme concebidos atualmente, não são resilientes a transtornos globais”*.

Face a este novo ciclo que o mundo atravessa, em que nos unimos contra um inimigo invisível, as fragilidades enalteceram-se, o que era uma promessa de um mundo melhor, mais justo, mais equilibrado, mais verdadeiro, passou a ser uma promessa de sobrevivência, onde apenas queremos viver um dia de cada vez.

Apesar de todas as dificuldades, todas as organizações, privadas e públicas, têm interesse nos desafios sociais, ambientais e económicos, pois as evidências indicam que o desenvolvimento da RS melhora substancialmente a sua reputação e legitimidade (Islam, 2017).

As entidades que fazem parte do setor público, em especial, têm a obrigação de mostrar um maior empenho em termos de sustentabilidade, responsabilização e transparência de informação. Cada vez mais estas entidades devem promover e exercer comportamentos responsáveis que demonstrem a preocupação existente por todas as questões relacionadas com a definição de ações socialmente responsáveis, que respondam às necessidades dos *stakeholders*, principalmente, dos cidadãos da sua comunidade.

Por acreditarmos que o principal objetivo de um Município não é ser economicamente eficiente, mas principalmente, no contexto atual, promover o bem-estar da sociedade, pretendemos, neste trabalho, analisar algumas práticas de RSE desenvolvidas nos Municípios portugueses. Mais especificamente, pretendemos perceber de que forma as autarquias estão a implementar os ODS incluídos no Tema 1 - Pessoas.

Sabendo que em Portugal existe pouca investigação sobre a forma como os ODS estão a ser executados nos diversos Municípios, este trabalho pretende contribuir para a

literatura nacional nesta área, fornecendo dados relevantes sobre o valor dado pelos Municípios à implementação dos ODS, divulgando quais as ações mais desenvolvidas, e a nível autárquico, motivar os responsáveis públicos a terem comportamentos mais responsáveis.

2. Sustentabilidade

A sustentabilidade, atualmente, inclui três vertentes, a ambiental, a económica e a social, mas este conceito foi concebido apenas no campo ambiental, a sua evolução foi acompanhando o desenvolvimento da raça humana.

2.1 Evolução do conceito

Após algumas pesquisas sobre a origem do termo Sustentabilidade, verificámos através do trabalho de Bonfiglioli, C. Pontes (2012), que este termo nos remete para o ano de 1713, quando Hanns Carl Von Carlowitz (1645 - 1714), referiu na sua obra e pela primeira vez na história, o termo Sustentabilidade. Ainda que fosse apenas aplicado às florestas, nunca antes tinha havia referência a tal termo. No seu livro entitulado, *Sylvicultura Oeconomica oder Anweisung zur wilden Baum-Zucht*, Carlowitz, defendeu que deveríamos ter como objetivo um uso contínuo, resiliente e sustentável da floresta.

Por volta de 1760, em Inglaterra, a Revolução Industrial, que tinha como forte carisma, o desenvolvimento das máquinas a vapor em substituição das ferramentas e a substituição da produção artesanal pelo sistema fabril, levaram à exploração de recursos naturais em escala exponencial. A poluição das fábricas era sinónimo de vitória e prosperidade, de crescimento económico e social. A população mudou-se para as cidades em busca de trabalho industrial. Cada vez mais os recursos ambientais eram invadidos sem qualquer preocupação ou consciência das consequências futuras. Todos atos têm as suas consequências e esta revolução foi o ponto de viragem na agressão desenfreada ao ambiente, poucos eram os que se preocupavam com os efeitos futuros. Durante mais de 200 anos o termo Sustentabilidade esteve apenas relacionado com arranjar técnicas de produção, principalmente para a floresta, de forma sustentada, deixando de lado a vertente humana e ambiental.

Em 1962, Carson, escreveu o livro intitulado “*Silent Spring*”, onde alertava para o bem estar e a saúde da natureza, eliminando a ideia vincada de que a natureza aguentaria todo e qualquer transtorno que o ser humano fizesse. Esta nova ideia lançada à sociedade da época, despertou a curiosidade dos mais intelectuais e em 1968, foi

fundado o Clube de Roma. Só nesta altura, começa a nascer a preocupação ambiental, social e económica. Começam a questionar sobre o futuro dos recursos, sobre a capacidade do planeta se manter saudável, sobre a capacidade do ser humano em sobreviver nesta ambição desenfreada.

Uma das organizações que mais tem contribuído para a “abertura de consciência” relativamente a estes temas é a Organização das Nações Unidas (ONU). Esta organização, em 1972, criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)¹, que é a principal autoridade ambiental global que determina a agenda internacional sobre o meio ambiente, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no Sistema das Nações Unidas e serve como autoridade defensora do meio ambiente no mundo. Este programa é reconhecido ainda em 1972², na conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente Humano (CNUAH), e desta conferência nasce a Declaração do Ambiente que no seu 1º Princípio afirma que o homem tem direito a viver *“num ambiente cuja qualidade lhe permita viver com dignidade e bem-estar, cabendo-lhe o dever solene de proteger e melhorar o ambiente para as gerações atuais e vindouras”*. Em 1987⁴ é apresentado o Relatório Brundtland, onde se define o Desenvolvimento Sustentável como um modelo de desenvolvimento que *“responda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”*.

Em junho de 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. Esta conferência reafirmou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo a 16 de junho de 1972. Em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros problemas sociais. Esse pacto acabou por levar aos ODM, 8 alvos a serem alcançados até 2015. De 2000 a 2015, diversos eventos e relatórios acompanharam a evolução dos ODM no mundo. Em setembro de 2002, os representantes dos povos do mundo, reuniram-se em Joanesburgo, África do Sul, e assinaram a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável das origens ao futuro. Assumiram o compromisso de construir uma sociedade global humanitária, equitativa e solidária, ciente da necessidade de dignidade humana para todos. Dez anos mais tarde, foi assinada a Declaração Final Da Conferência Das

¹ Informação disponível [Sobre o PNUMA | UNEP - UN Environment Programme](#), consultada em 10/02/2021.

² Informação disponível [Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, \(apambiente.pt\)](#), consultada em 10/02/2021.

³ Informação disponível [APA - Políticas > Desenvolvimento Sustentável \(apambiente.pt\)](#), consultada em 10/02/2021.

⁴ Informação disponível [APA - Políticas > Desenvolvimento Sustentável \(apambiente.pt\)](#), consultada em 10/02/2021.

Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), onde reafirmaram todos os compromissos e princípios já assumidos.

Seguindo a linha cronológica dos eventos mundiais sobre sustentabilidade, em setembro de 2015⁵, em Nova York, os líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU e definiram a Agenda 2030. Esta é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Verificamos que os ODS são resultado de um acúmulo de experiências, debates e negociações globais.

Os ODS tiveram por base e como principal função, traçar a linha de orientação para o desenvolvimento de países e populações globais mais pobres (Gupta e Vegelin, 2016), pretendendo promover o Estado de Direito a nível nacional e internacional, responsabilizando as instituições de forma ascendente e descendente, através da maior participação, liberdade e capacidades em todos os níveis.

Em 2017, Stafford-Smith, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N., ... e O'Connell, D., defendiam a ideia que cabe a cada nação implementar os ODS com a atenção adequada às circunstâncias locais. Tendo todas as nações a possibilidade de realizar os seus próprios caminhos, ajudaria a garantir que a implementação fosse coordenada, e forneceria uma hipótese muito maior de sucesso nas ambições elevadas e vitais da agenda pós-2015.

A sustentabilidade baseia-se na vertente ambiental, económica e social, sendo a alavancagem entre elas fundamental. Fischer, J., e Riechers, M. (2019) recordam que a história provou que grandes mudanças no comportamento humano realmente podem ocorrer, por exemplo, o fim da escravidão ou segregação racial e o aumento da igualdade entre mulheres e homens são exemplos de grandes mudanças, que em alguns momentos teriam parecido totalmente impensáveis para os analistas contemporâneos. Os referidos autores entendem que as mudanças de paradigma e a transformação social são possíveis quando o desejo de mudança coincide com os meios práticos de implementar medidas concretas. Esta alavancagem pode ser uma promessa considerável para a ciência da sustentabilidade.

Moallemi, E. A., *et al.* (2019), para além de referirem a importância da Agenda 2030 defendem a ideia da implementação local, como base do sucesso. Contudo, alertam para o fracasso que foi a da Agenda 21 Local (LA21), no passado, que foi implementada localmente, mas a ausência de um apoio financeiro mais forte e de longo prazo, bem

⁵ Informação disponível em [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU Portugal \(unric.org\)](https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel), consultada em 10/02/2021.

como a falta de compromisso político, impediu a implementação das ações da LA21. Em suma, a capacidade económica e o compromisso político das comunidades locais são essenciais para atingir a sustentabilidade, de baixo para cima.

Existem vários estudos que têm demonstrado como uma estratégia sustentável pode afetar positivamente o desempenho das empresas e instituições, nomeadamente as vantagens em termos de reputação positiva, como preconiza a teoria da legitimidade (Islam, 2017).

Neste contexto, Hristov, I., e Chirico, A. (2019), lembram alguns benefícios a nível financeiro para as empresas e instituições verdes, como por exemplo as facilidades de crédito. Os autores defendem a importância do papel das instituições públicas no estímulo para implementação de estratégias sustentáveis. Referem que muitos países influenciam as estratégias das empresas através de vários regulamentos, que podem ter efeitos de proibição ou de incentivo. Estas empresas e instituições, em geral, são mais cuidadosas com o uso de materiais e com a força de trabalho. Além disso, as organizações que adotam voluntariamente estratégias sustentáveis baseiam toda a sua política em transparência e confiança. O desenvolvimento sustentável melhorará a vida das pessoas, mas o futuro do nosso planeta requer ação imediata.

São vários os autores que consideram difícil executar dentro dos prazos a Agenda 2030 porque são necessárias transformações económicas, sociais e políticas. Singh, S. K., Chen, J., Del Giudice, M., e El-Kassar, A. N. (2019), acreditam que a sinergia perfeita entre capacidade ambiental dos funcionários das empresas e instituições, a gestão ambiental e a formação ambiental, sob o “guarda chuva” da ética, irão fazer com que os negócios, a sociedade e o planeta coexistam, e sejam felizes e saudáveis. Já Scoones, I., Stirling, A., Abrol, D., Atela, J., Charli-Joseph, L., Eakin, H., ... e Yang, L. (2020), referem que se estas transformações são apenas ambientalmente benéficas, mas não salvaguardam as pessoas mais marginalizadas, então, estas transformações não podem ser só económicas, sociais e políticas, mas também são necessárias transformações que sejam ao mesmo tempo estruturais, estratégicas e comportamentais. Explicam que as abordagens estruturais e estratégicas, devem incluir movimentos sociais ou orientações políticas, que protejam as minorias locais. Também no campo comportamental, D'Adamo, I., Falcone, P. M., Martin, M., e Rosa, P. (2020), defendem que os comportamentos atuais de consumismo precisam, obrigatoriamente, de ser alterados para comportamentos sustentáveis. A proteção ao meio ambiente tem de ser o papel central nas atividades humanas. Nem o setor privado, nem o industrial,

nem o público, podem hoje atuar no mercado global, sem terem uma perspetiva e estratégia claras sobre sustentabilidade.

Não conseguimos mudar e preservar o ambiente, sem antes mudarmos as mentalidades dos seres humanos, a solução passa por um apelo neste sentido. Uma maior consciência para a sustentabilidade, permite localizar a capacidade transformadora para a mudança necessária para um futuro seguro, justo e sustentável para a humanidade e para o planeta (Ives, C.D., Freeth, R., e Fischer, J., 2020). Foi, também, com este objetivo que foram criados os ODS.

2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam as prioridades globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. Definem as prioridades e aspirações globais para 2030 e requerem uma ação à escala mundial de governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos, dentro dos limites do planeta

São 17 os objetivos que Portugal e os restantes países devem atingir até 2030, para que todos juntos consigam erradicar a pobreza e criar igualdade entre os povos e dentro dos povos, assim como não ultrapassar os limites do planeta Terra.

Os ODS, no contexto da ONU, podem ser agrupados em 5 temas:

Imagem 1 – Organização Temática dos ODS



Fonte: Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (14966Portugal(Portuguese)2.pdf (un.org))

Os ODS são muito prometedores, no entanto, Nilsson *et al.* (2016) defendem que como estão interligados, por vezes, para atingir um, podemos agredir outro, dando o exemplo da Ásia, que ao usar carvão para melhorar o acesso à energia (objetivo 7), aceleram as

mudanças climáticas e acidificam os oceanos (minando os objetivos 13 e 14), bem como agravam outros problemas, como danos à saúde causados pelo ar - poluição (interrompendo a meta 3).

Os países devem interpretar os ODS de acordo com as suas circunstâncias e níveis nacionais de desenvolvimento (Stafford-Smith, M., *et al.*, 2017). As diferenças na geografia, no governo e na tecnologia torna perigoso e inoportuno a generalização dos ODS (Nilsson *et al.*, 2016).

Ainda antes da divulgação dos ODS, num artigo de opinião, Horton, R. (2014, p. 2196), fez uma análise minuciosa a cada um dos ODS referindo os países deviam unir-se em prol de uma ajuda equilibrada. As decisões não deveriam estar exclusivamente dependentes da receita, ignorando a pluralidade de influências que diferenciam as reais oportunidades das pessoas. Esta *“pluralidade de influências incluem vastas ameaças ecológicas que enfrentamos, entre elas, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, acidificação dos oceanos e poluição química e atmosférica”*. Os valores, as vontades, os objetivos de cada ser humano, terão sempre um peso grande nas atitudes e políticas de cada país, assim como, a resiliência, a capacidade de adaptação, a capacidade de recuperar, de reconstituir e de reconstruir, varia de local para local.

Tendo em conta toda esta problemática e citando a Constituição da República Portuguesa, o Princípio da Igualdade define -*“Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”*⁶, faz todo o sentido perceber de que forma os 6 primeiros ODS estão abrangidos na estratégia dos Municípios portugueses. Nesta perspetiva, procurámos averiguar se haverá, por parte dos Municípios, medidas que executem o referido princípio da igualdade tão intrínseco ao Tema-Pessoas. Tendo em consideração que todos estes objetivos devem ser cumpridos até 2030, queremos compreender quais as medidas tomadas diretamente relacionadas às pessoas, nomeadamente, qual a estimativa do número de pessoas que vivem com menos de 1 euro por dia, quais as medidas tomadas pelos Municípios para erradicar a pobreza e a fome, assim como quais as preocupações sobre o bem estar da população, quais os serviços de saúde e educação que têm disponível, se existe igualdade de género e o acesso a serviços básicos e essenciais, tal como a água potável e o saneamento.

2.3 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Pandemia

Vários autores alertaram ao longo dos tempos sobre as necessárias alterações nos comportamentos humanos, mas nada resultou. Foi preciso uma pandemia para que as

⁶ [Constituição da República Portuguesa \(parlamento.pt\)](https://www.parlamento.pt), consultado em 27/05/2021, às 10h

peças fossem obrigadas a alterar os seus comportamentos. O ano de 2020 mudou o mundo, as crenças mudaram, as certezas mudaram. Estamos num momento de viragem, sem ninguém conseguir prever o que nos espera.

Como mencionam Naidoo, R. e Fisher, B. (2020, p.198) *“As coisas eram diferentes em 2015, quando as Nações Unidas adotaram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para melhorar a vida das pessoas e do mundo natural até 2030. Foi sem dúvida um dos melhores momentos da humanidade - o planeta todo uniu-se. Os governos acordaram tratados ambiciosos, Cinco anos depois, ..., esse clima de otimismo desvaneceu-se. ... O sucesso dos ODS dependia de duas grandes premissas: crescimento económico sustentado e globalização, mas o COVID-19 destruiu-os.”*

Se até ao início de 2020 se escrevia de uma forma, desde então, tudo mudou, em poucos meses foi entendido por todos, ou pela maioria, que ainda havia um longo caminho pela frente. Leal Filho, W., Brandli, L. L., Lange Salvia, A., Rayman-Bacchus, L., e Platje, J. (2020, p. 5), defendem que *“a pandemia representa uma ameaça para desenvolvimento sustentável. ... pode pôr em risco a implementação dos ... (ODS), que deverão ser alcançados até 2030. Estes impactos são negativos para os países ricos, por isso são suscetíveis de serem sentidos com mais afinco nas nações em desenvolvimento, que não têm a capacidade ou os recursos para lidar com os muitos desafios económicos e sociais infligidos pela doença.”*

Começamos a perceber que dificilmente os ODS serão cumpridos até 2030 e que este novo ciclo irá pôr em causa a tão ambicionada sustentabilidade, percorremos um longo caminho até aqui e 2020 travou este processo, deixando essa meta cada vez mais longe. Aquilo que até há pouco tempo atrás era uma promessa de um mundo melhor e uma união de povos, transformou-se numa réstia de esperança e talvez um caminho novo a percorrer por todos, principalmente pelos países em desenvolvimento, que na sua maioria são os mais ricos a nível natural. Neste sentido, Barbier, EB e Burgess, JC (2020, p. 3), defendem que *“A pandemia COVID-19 está a causar um crescente fardo financeiro em todos os países, a perturbar economias e a causar centenas de milhares de mortes em todo o mundo. Economias com receitas baixas e médias, irão sofrer adicionalmente com a falta de disponibilidade de financiamento internacional capaz de alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).”*

Nesta fase crítica compete aos Municípios ter um papel central e crucial na proteção dos habitantes, através da garantia do fornecimento de serviços básicos, bem como a resposta às necessidades críticas (como fornecimento de comida e serviços sociais), solidariedade, apoio económico e proteção dos direitos humanos. Não podemos deixar

de enaltecer o esforço que tem sido feito, surgiram respostas políticas inovadoras, lideradas pelos Municípios e que, a longo prazo, podem ser consolidadas nas estratégias locais, que poderão ser necessárias para o cumprimento dos ODS, assim como, podem servir para enfrentar as crises futuras. Verificou-se também uma forte estratégia de cooperação entre planos de desenvolvimento nacional e poder local. Poderia ser o primeiro passo para os governos centrais e locais consolidarem esforços e definirem suporte técnico e financiamento adequados para implementar nos planos locais e nacionais os ODS. Este fortalecimento de sinergias entre os planos locais e nacionais será essencial para alcançar os ODS.

2.4 Sustentabilidade Local

Para obter localidades sustentáveis, quer sejam cidades, quer sejam vilas, são necessárias intervenções ao nível do desenvolvimento do capital humano e da economia local, assim como da proteção do ambiente, e são várias as iniciativas já existentes nesse sentido.

Segundo Sodiq, A., Baloch, A. A., Khan, S. A., Sezer, N., Mahmoud, S., Jama, M., e Abdelaal, A. (2019), existiam, em 2019, cerca de 400 grandes cidades e 23 mega cidades no mundo, com cerca de 1 milhão e 10 milhões de habitantes, respetivamente. As cidades ocupam cerca de 2% da superfície terrestre, no entanto, consomem 60 e 80% da energia global. Neste contexto, e de acordo os referidos autores, as campanhas de sustentabilidade, deveriam ter impactos nas cidades devido à grande população, ao centro intelectual, à integração social, consumos elevados, etc.

A gestão sustentável das futuras cidades passará por implementar uma economia circular, onde haverá capacidade de controlar a emissão de carbono para a natureza, criar ciclos de água, criar formas de energia renovável, recuperar e reutilizar os próprios recursos, e estas iniciativas serão mais eficazes do que a condição atual de sustentabilidade que coloca muita ênfase na reciclagem (Sodiq, A. *et al.*, 2019).

Em 2019, Macke, J., Sarate, J. A. R., e de Atayde Moschen, S. , identificaram um fator primordial para as cidades se tornarem sustentáveis: dar ênfase aos serviços e instalações públicas, no que se refere às estruturas tangíveis para promover uma vida boa, habitabilidade e inclusão social. Estas estruturas são as que estão relacionadas com aspetos culturais e instalações desportivas, espaços verdes e públicos, transportes públicos, condições dos edifícios e das ruas e restantes estruturas apoiadas pelo governo. Daqui se depreende que o fator mais representativo para uma cidade

inteligente e sustentável está diretamente relacionada com o apoio do governo e dos Municípios.

Neste contexto, é também importante abordar o assunto das “cidades inteligentes”, pois ainda não está claro o que as cidades inteligentes podem oferecer como soluções para os desafios ambientais globais. De acordo com Yigitcanlar, T., Kamruzzaman, M., Foth, M., Sabatini-Marques, J., da Costa, E., e Ioppolo, G. (2019) as cidades não devem depender predominantemente da tecnologia para alcançar resultados sustentáveis. As soluções de tecnologia, ideia base das cidades inteligentes, são necessárias para apoiar os sistemas e os processos que permitam às cidades alcançar um desenvolvimento urbano sustentável. Contudo, os referidos autores entendem que o termo “inteligência” está além da inteligência tecnológica, deve incluir a inteligência dos líderes urbanos, dos formuladores de políticas, dos tecnocratas e dos residentes, junto com a inteligência das políticas desenvolvidas a nível local e nacional, só a conjugação de todas estas ações poderá tornar uma cidade inteligente, também sustentável.

Os representantes locais do Governo são os Municípios, e como estão mais próximos dos cidadãos têm um enorme potencial para identificar, avaliar e desenvolver políticas para combater as desigualdades dentro dos seus territórios, juntamente com a sociedade civil local. Podem e devem aprovar políticas locais e promover ações sociais de inclusão baseadas na diversidade e criatividade das suas comunidades, garantindo a proteção de todos principalmente dos grupos mais vulneráveis. Os Municípios possuem uma ampla gama de ferramentas e políticas, incluindo urbanas e territoriais, gestão do uso da terra, prestação de serviços básicos, planeamento fiscal, políticas de ação social, proteção dos ecossistemas e desenvolvimento económico, que devem ser continuamente melhoradas, moldadas e suportadas através dos regulamentos municipais, para enfrentarem e combaterem definitivamente as desigualdades e contribuir para um ambiente mais saudável, colaborando assim para o cumprimento dos ODS.

Pelo que temos vindo a expor facilmente se percebe o papel imprescindível que as instituições públicas desempenham para se obter um Município sustentável. Segundo Pauzuoliene, J., e Mauriciene, I. (2013, p. 141), o principal objetivo das instituições públicas é a satisfação dos interesses públicos e a *“responsabilidade social deve ser vista como uma forma de conduzir negócios que possibilitem a criação e distribuição de riqueza pelos seus stakeholders por meio da implementação e integração de sistemas éticos e práticas de gestão sustentável”*. Os interesses públicos são realizados através da prestação de serviços por parte das instituições públicas e por esse motivo, é

essencial a qualidade desse mesmo serviço, uma vez que é a forma direta de satisfação das necessidades. Para melhorar o serviço público devia-se averiguar junto dos municípios o nível de satisfação, na tentativa de aperfeiçoamento dos serviços. Também, a publicidade e a transparência são duas das principais prioridades da responsabilidade social das instituições públicas, portanto, as instituições devem divulgar informações sobre as questões-chave relacionadas à responsabilidade social e responsabilidade ambiental, indicando o impacto das atividades da instituição sobre a sociedade, e sobre o meio ambiente (Pauzuoliene, e Mauriciene, 2013),

3. Metodologia

Neste trabalho, a técnica de recolha de dados foi o questionário, constituído por 69 questões relativamente à sustentabilidade, e aos 17 ODS. O questionário foi construído no Google Forms, foi realizado o pré-teste e, posteriormente, enviado aos 308 Municípios Portugueses, a 3 de dezembro de 2020. Tendo em conta a fase pandémica em que vivemos, reencaminhámos o questionário a 07 de janeiro de 2021. As respostas foram recebidas entre dezembro de 2020 e março de 2021.

Do universo dos 308 Municípios, obtivemos uma amostra de 52 respostas, o que significa uma taxa de resposta de 16,88%.

Questionados os Municípios sobre a estimativa de habitantes nos seus concelhos no mês de dezembro de 2020, obtivemos uma estimativa de 1.420.468 de habitantes, correspondendo a uma média de 13,81% (Número de habitantes em Portugal 10.286.300⁷).

A nossa investigação teve em conta todos os ODS, contudo, neste documento apenas destacamos os resultados obtidos relativamente ao Tema 1 – PESSOAS, devido à extensão do inquérito. Neste sentido, apenas iremos apresentar a análise das respostas referentes aos ODS 1 – Erradicar a pobreza, ODS 2 – Erradicar a fome, ODS 3 – Saúde de qualidade, ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 5 – Igualdade de género e ODS 6 – Água potável e saneamento.

Relativamente à análise dos resultados, aplicámos técnicas da estatística descritiva.

4. Apresentação e discussão de resultados

⁷ Dados retirados do site [PORDATA - Base de Dados de Portugal](https://www.pordata.gov.pt/), consultado em 26/04/2021, às 12h.

Os ODS foram instituídos pela ONU como um apelo universal para proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham dignidade. A meta principal é a criação de um conjunto de objetivos que conduzam os governos, empresas e sociedades para um mundo mais sustentável e inclusivo. Neste trabalho, percebemos que 90.38% dos Municípios da nossa amostra diz ter conhecimento dos ODS.

O Tema Pessoas traduz a determinação em erradicar a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos possam realizar o seu potencial no respeito da dignidade e igualdade, num ambiente saudável.

Sobre o ODS 1 – erradicação da pobreza, tentámos compreender qual o nível de pobreza e quais as medidas implementadas pelos Municípios na tentativa de cumprir este objetivo, que pela sua sensibilidade se torna de uma importância extrema, tal como o ODS 2 – erradicar a fome.

Todos os Municípios da amostra consideram ter adotado pelo menos uma medida para erradicar a pobreza. De entre as opções que apresentámos, obtivemos os seguintes resultados (Gráfico 1):

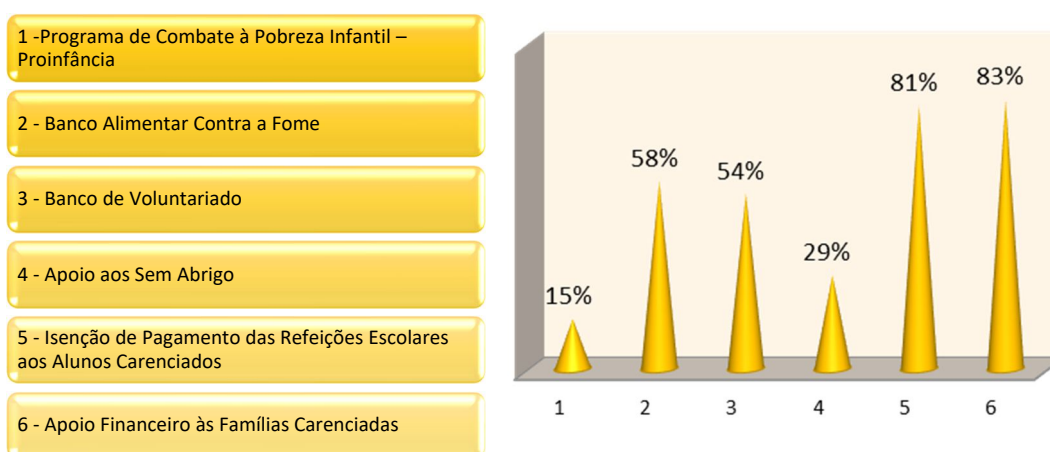


Gráfico 1 – Medidas aplicadas para erradicação da pobreza nos concelhos

Ainda no contexto do ODS 1, e sabendo que uma das metas é erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente avaliada como o número de pessoas que vivem com cerca de 1 euro por dia⁸, questionámos os Municípios sobre o conhecimento que teriam nos seus concelhos sobre esta pobreza extrema. Os resultados obtidos não deixam de ser preocupantes, no sentido em que, quase metade, 44,23%, não tem conhecimento da realidade do concelho. Dos restantes, 51,92%, admite que uma percentagem entre 0 e 20% da população viverá com menos de 1 euro por dia.

⁸ Dados retirados do site [1. ERRADICAR A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES | ODS](#), consultado em 27/06/2021, às 9h20.

O nosso país, nos últimos anos, tem sido alvo de alguns fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais. Tendo em conta que esta é também uma meta dos ODS, foi questionado aos Municípios se, neste caso, teriam meios para assegurar a proteção dos mais vulneráveis e mais pobres, 51 Municípios consideram ter medidas, e 1 Município não. Apresentámos algumas opções e verificámos que quase todos os Municípios têm funcionários preparados para prestar apoio social e psicológico, e mais de 70% dos Municípios da amostra dizem ter património no Município para albergar a população desalojada, de forma temporária, conforme Gráfico 2.

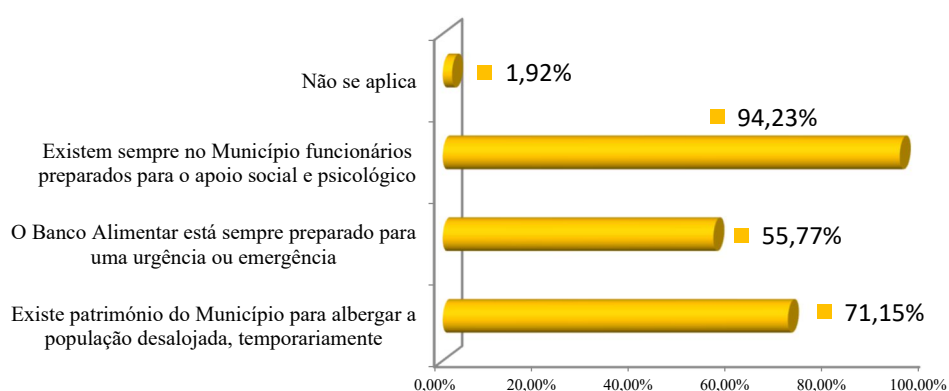


Gráfico 2 – Meios para assegurar a proteção dos mais vulneráveis em caso de catástrofes naturais

Sobre o ODS 2 – erradicação da fome, começámos por questionar se é assegurado aos mais pobres e a pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano, obtivemos os seguintes resultados (Gráfico 3):

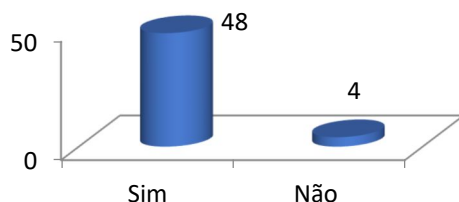


Gráfico 3 – Erradicação da fome

Na tentativa de perceber a forma como asseguram a alimentação, foram colocadas duas opções em análise, que nos pareceram as mais apropriadas:

- O Município tem um nutricionista que organiza os produtos alimentares a entregar aos mais carenciados;
- O Município tem um serviço de apoio social que acompanha com regularidade a ajuda alimentar atribuída.

Obtivemos informação de que 13 Municípios não se identificaram com nenhuma das opções, 23,08% tem um nutricionista e 63,46% tem um serviço social que acompanha a ajuda alimentar.

Sobre o desperdício alimentar e a sensibilização de cada Município sobre esta realidade, questionámos sobre a realização de campanhas ou formações para aproveitamento de bens alimentares, nomeadamente em restaurantes, cafés ou supermercados. Obtivemos um resultado impressionante, 86,5% de Municípios não têm qualquer sensibilização nesta área. Ressalvamos os Municípios de Azambuja, Braga, Fornos de Algodres, Loulé, Madalena do Pico, Portimão, Torres Vedras, como exemplos desta amostra, que revelam preocupações nesta área, tão importante, do desperdício alimentar.

Ainda na área alimentar, no seguimento da erradicação da fome, e dentro das metas do ODS 2, questionámos sobre a existência de hortas comunitárias nos concelhos, onde 71,2% dos Municípios responde não ter hortas comunitárias enquanto 28,8% afirma ter. Destes 28,8% que afirmam ter hortas comunitárias, 23,1% estimam que a utilização destas hortas estejam cultivadas entre 0 a 20%, e apenas 9,6% estimam que a utilização seja dentro do intervalo 81 a 100%. Uma utilização de hortas comunitárias muito abaixo daquilo que seria expectável nos tempos de crise humanitária que o mundo atravessa. Não sabemos se esta fraca adesão se prende com a falta de incentivo ou se com a falta de interesse.

A existência de hospitais ou centros de saúde nos concelhos foi uma das metas escolhidas por nós sobre o ODS 3 – Saúde de qualidade. Verificámos que todos os Municípios da amostra têm hospital ou centro de saúde nos concelhos, contudo 71,2% não tem acesso às várias especialidades de medicina na rede pública de saúde sem sair do concelho, os restantes 28,8% têm este acesso.

Sobre outra meta importante neste ODS, que são as medidas que cada Município toma no sentido de assegurar a vida saudável e o bem-estar da população, todos os Municípios da amostra mostraram ter esta preocupação. O Gráfico 4 evidencia esta situação:

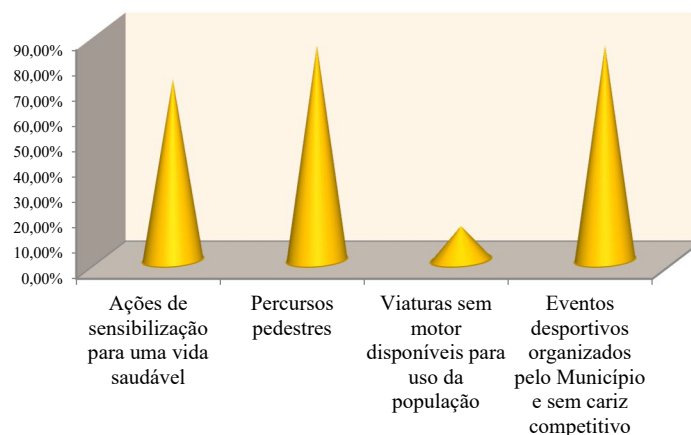


Gráfico 4 – Medidas adotadas para uma vida saudável

Sobre o ODS 4 – Educação de qualidade, e pretendendo saber se os Municípios dispõem de mecanismos que permitam a todos os estudantes do ensino obrigatório ter acesso à educação, 50 Municípios dizem que sim, 2 dizem que não. Das opções apresentadas, obtivemos os seguintes resultados (Gráfico 5):

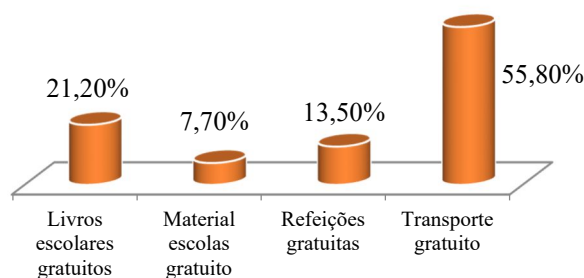


Gráfico 5 – Mecanismos adotados de acesso à educação

A estimativa apresentada pelos Municípios sobre a taxa de alfabetismo nos concelhos leva-nos a concluir que praticamente toda a população sabe, no mínimo, ler e escrever.

Metade dos Municípios estimam que existam até 20% de empreendedores nos concelhos, enquanto que apenas 1,9% estimam que existam entre 61 a 80% de empreendedores. Estas estimativas refletem-se da seguinte forma (Gráfico 6):

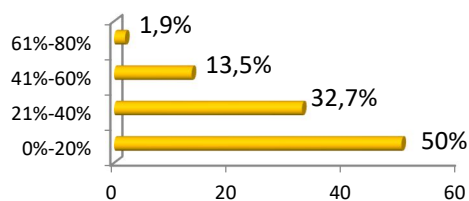


Gráfico 6 – Estimativas de empreendedores nos concelhos

A igualdade de género - ODS 5, foi questionado aos Municípios através de três perguntas incluídas nas metas deste ODS, nomeadamente, se os Municípios promovem campanhas de estímulo à denúncia de violência doméstica, qual a estimativa do número de mulheres que trabalham no quadro efetivo de cada Município e se têm conhecimento de casos de casamentos prematuros, forçados ou envolvendo crianças. Sobre as campanhas de estímulo à denúncia de violência doméstica, 11,5% dos Municípios não efetua nenhuma campanha, e 88,5% realiza campanhas.

A estimativa de mulheres que trabalham no quadro efetivo dos Municípios da amostra está refletida no Gráfico 7, onde verificamos que metade dos quadros do Municípios é composto por mulheres:

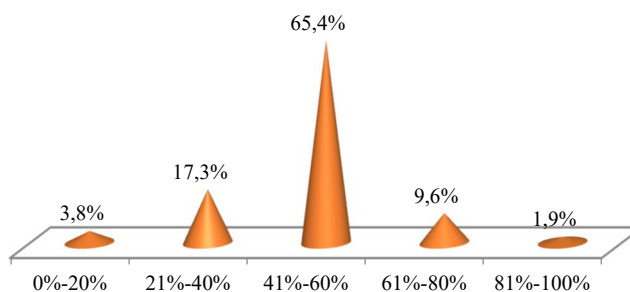


Gráfico 7 – Estimativa de mulheres que trabalham no quadro do Município

Sobre se têm conhecimento de casos de casamentos prematuros, forçados ou envolvendo crianças, obtivemos o seguinte resultado (Gráfico 8):

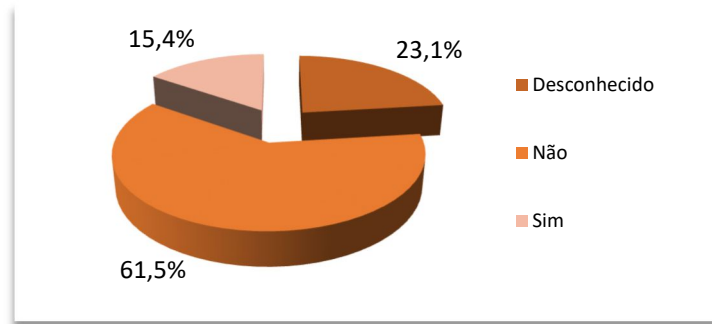


Gráfico 8 – Conhecimento sobre casos de casamentos prematuros, forçados ou que envolvam crianças

Sobre a realização de campanhas de estímulo à não violência doméstica, 88,50% dos Municípios dizem fazer.

O ODS 6 – Água potável e saneamento, questionámos sobre a estimativa de população do Concelho com acesso a água potável, obtivemos que 84,6% dos concelhos fornecem os serviços de abastecimento de água a mais de 81% da população (Gráfico 9):

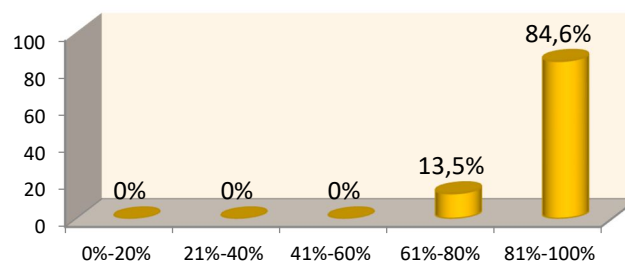


Gráfico 9 – Acesso à água potável

Sobre o acesso à rede pública de saneamento, obtivemos que 61,5% dos concelhos considera ter rede em mais de 81% do concelho, no entanto, 9,6% dos Municípios considera que a rede pública de saneamento abrange apenas entre 21% a 40% do concelho (Gráfico 10):

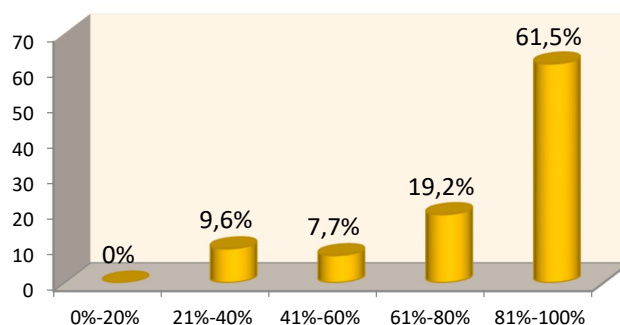


Gráfico 10 – Acesso à rede de saneamento

Quanto à promoção por parte do Município de medidas de proteção e restauração dos ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos, 19,2% diz que não e 80,8% diz que sim.

Dos 80,8% que respondeu que sim, obtivemos a seguinte distribuição (Gráfico 11):

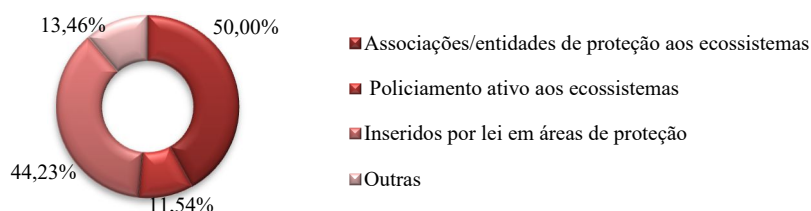


Gráfico 11 – Medidas de proteção e restauração de ecossistemas

Neste tema denominado Pessoas, relativamente à pobreza e comparando os resultados obtidos no nosso estudo com o estudo efetuado pela UNDP ao nosso país, em 2020, constatou-se que a população que vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, com menos de 1 euro por dia, é de 0,4%. No entanto, na nossa amostra, verificamos que quase metade dos Municípios, 44,23% não tem conhecimento sobre esta realidade no concelho e 51,92% considera que é uma percentagem muito baixo de habitantes que vivem com esta realidade. Consideramos esta abstenção bastante preocupante, tendo em conta que os Municípios são quem melhor deveria conhecer as pessoas que escolheram lá habitar.

No ODS relativo ao acesso à água potável e saneamento, as respostas do nosso estudo vão de encontro à estatística da UNDP, quase a totalidade da população tem acesso a água potável e cerca de 85% tem acesso à rede de saneamento.

Oliveira, G. M., Vidal, D. G., e Maia, R. L. (2020), referem a desigualdade dentro do nosso país, que é um país pequeno e essencialmente rural, podendo colocar em risco vários ODS. Verificámos o coeficiente de desigualdade humana, que de acordo com a UNDP, cifrou-se em 11,80% em 2020. O nosso estudo revela que 94,20% da amostra tem trabalhadores com deficiência, 55,80% tem trabalhadores de várias raças e 30,80% das várias etnias, ou seja, no que toca à desigualdade entre pessoas, parece-nos que estamos no bom caminho. Na saúde, todos os concelhos da amostra têm centros de saúde ou hospitais, no entanto, e de encontro a Oliveira *et al.* (2020), 71,20% não têm acesso às várias especialidades de medicina na rede pública sem sair do concelho, colocando o ODS 3 em risco.

Assim como a sustentabilidade económica, nomeadamente o incentivo ao empreendedorismo, 96,20% dos Municípios tem políticas orientadas para o desenvolvimento económico. Obviamente que a economia é fundamental para o crescimento de cada concelho, e cada vez se fala mais na expressão “empendedor”.

Da nossa amostra, 51 Municípios consideram ter medidas para assegurar a proteção dos mais vulneráveis e mais pobres e 1 Município considera não ter. Sendo que, 94,23% dos Municípios tem sempre funcionários preparados para o apoio social e psicológico e património para albergar a população desalojada, temporariamente. 84,6% dos Municípios tem procedimentos aprovados para adotar nestas situações. Ora, parece-nos que os Municípios têm soluções para os problemas, mas indo de encontro a Oliveira *et al.* (2020), não existe a prevenção de catástrofes alheias ao ser humano, tanto é que a maioria dos Municípios assume as soluções, não tendo consciência de que, se houvesse prevenção, não seria necessário haver solução. Esta salvaguarda que a maioria dos Municípios diz ter, leva a crer que não existe um plano de prevenção de catástrofes naturais, no nosso país, as mais frequentes são os incêndios. Este descontrolo efetivamente poderá por em causa o tema Pessoas e os seus ODS.

D’Adamo, I. *et al.* (2020), entendem que não se pode atingir a sustentabilidade ambiental, social e económica, sem antes mudar o ser humano. Por exemplo, o desperdício alimentar, que é um tema cada vez mais importante, nomeadamente na criação de sistemas alimentares circulares e sustentáveis, existindo várias campanhas e iniciativas mundiais, conforme já referimos, a *Milan Urban Food Policy Pact.*, assim como aplicações gratuitas para smartphones, por exemplo, *Phenix – Juntos, evitamos o desperdício alimentar em Portugal* e *Too Good to Go*. Ainda assim, verificamos que 86,50% dos nossos Municípios nada fazem neste âmbito, o que se revela, na nossa opinião, preocupante.

Em relação às campanhas de desaconselhamento ao uso de plástico, imposta pela UE, 75% dos Municípios já fazem, no entanto, campanhas de reaproveitamento de roupas e brinquedos, apenas 59,60% promove esta iniciativa. Mais uma vez vemos a diferença comportamental entre assuntos que são estimulados, neste caso, um por imposição e outro por afinidade.

Quanto à violência doméstica, 88,50% dos Municípios promove campanhas nesta área, uma área que todos sabemos que é mais estimulada por vários anúncios que passam na televisão e todos sabemos o poder que a televisão tem na formação de opiniões, tanto é que outro tema da mesma área, ou seja, casamentos prematuros, forçados ou

envolvendo crianças, 61,50% dos Municípios desconhece a realidade do concelho e por conseguinte, nada faz nesse aspeto.

Em suma, os dados sugerem que o nosso país está longe de atingir as metas dos ODS, arriscando até referir que muitos Municípios não tenham conhecimento dos ODS, apenas promovem as campanhas e estimulam as políticas que são impostas, tanto pela UE, como pelas Instituições com parecerias com a ONU que promovem eventos relacionados com estas metas.

5. Conclusão

A breve história sobre sustentabilidade, ajuda-nos a compreender que todo o ser humano só pode e deve ser contextualizado no tempo e no espaço, aquilo que nos tempos atuais pode parecer uma explicação para o momento que atravessamos de pandemia, pelo esgotamento do planeta, pela falta de respeito pelo ser humano e pela “sede” económica, e que até nos pode levar a um certo desconforto pelo julgamento inconsciente do passado, provavelmente alguém no futuro também irá “apontar-nos o dedo” pelos erros que continuamos a cometer, ainda que achemos que não!

Os Municípios Portugueses são as Instituições com maior facilidade nesta mudança de mentalidades e paradigmas, no sentido de trazer a mudança necessária para um futuro seguro, justo e sustentável.

Os resultados do questionário mostram algumas evidências de que certos Municípios já começaram a implementar os ODS, embora muito ainda necessite de ser feito ao nível municipal neste domínio, na verdade, o contexto pandémico em que temos vivido, terá dificultado algumas iniciativas. Contudo, tal como a maioria dos autores (por ex., Hristov, I., e Chirico, A., 2019), entendemos que a mudança tem de ser imediata, porque se continuarmos da mesma forma, será também tarde para o nosso planeta.

Importa referir que esta investigação tem limitações, por exemplo, a dimensão da amostra que é extremamente reduzida, à semelhança do que se verificou na pesquisa global efetuada entre 2016 e 2019 pela UCLG aos Municípios de 80 países, onde surgiu o Relatório *Towards the Localization of the ODS*, em que apenas 180 Municípios, do total dos países, responderam. Outra limitação, é não fazermos o estudo da evolução da implementação dos ODS ao longo de vários períodos. Para trabalhos futuros será importante, para além de colmatar as limitações referidas, analisar também as razões justificativas da não implementação dos ODS em vários Municípios, e estudar os outros temas que compõem os ODS: Prosperidade, Planeta, Paz e Parcerias.

BIBLIOGRAFIA

- Barbier, E. B., e Burgess, J. C. (2020). Sustainability And Development After Covid-19. *World Development*, 135, (105082).
- Bonfiglioli, Cristina Pontes. Sustentabilidade: Uma Palavra, Várias Significações. In: Di Felice, Massimo; Torres, Julliana Cutolo E Yanaze, Leandro Hey Higuchi. *Redes Digitais E Sustentabilidade: As Interações Com O Meio Ambiente Na Era Da Informação*. Pp. 95-128.
- Carson, R. (2002). *Silent Spring*. Disponível Em: [Silent Spring - Rachel Carson - Google Livros](#)
- D'adamo, I., Falcone, P. M., Martin, M., e Rosa, P. (2020). A Sustainable Revolution: Let Us Go Sustainable To Get Our Globe Cleaner. *Sustainability*, 12, 4387, Pp. 1-5.
- Elkington, J. (1997), *Cannibals -With Forks: The Triple Bottom Line Of 21st Century Business* (Oxford: Capstone Publishing).
- Elkington, J. (2004). Enter The Triple Bottom Line. *The Triple Bottom Line: Does It All Add Up*, 11(12), Pp.1-16.
- Fischer, J., e Riechers, M. (2019). A Leverage Points Perspective On Sustainability. *People And Nature*, 1 (1), Pp. 115-120.
- Gupta, J., e Vegelin, C. (2016). Sustainable Development Goals And Inclusive Development. *International Environmental Agreements: Politics, Law And Economics*, 16, (3), Pp. 433-448.
- Horton, R. (2014). Offline: Why The Sustainable Development Goals Will Fail. *The Lancet*. 383, (9936), P. 2196.
- Hristov, I., e Chirico, A. (2019). The Role Of Sustainability Key Performance Indicators (Kpis) In Implementing Sustainable Strategies. *Sustainability*, 11 (20), 5742, Pp. 1-19.
- Islam, M.A., 2017. Csr Reporting And Legitimacy Theory: Some Thoughts On Future Research Agenda. In M. Aluchna, S.O. Idowu (Eds.), *The Dynamics Of Corporate Social Responsibility: A Critical Approach To Theory And Practice*, Pp. 323-339
- Ives, C. D., Freeth, R., e Fischer, J. (2020). Inside-Out Sustainability: The Neglect Of Inner Worlds. *Ambio*, 49, (1), Pp. 208-217.
- Leal Filho, W., Brandli, L. L., Lange Salvia, A., Rayman-Bacchus, L., e Platje, J. (2020). Covid-19 And The Un Sustainable Development Goals: Threat To Solidarity Or An Opportunity?. *Sustainability*, 12, (5343), Pp. 1-14.
- Lopatta, K.; Buchholz, F. e Kaspereit, T. (2012), "Asymmetric Information And Corporate Social Responsibility", Available At Ssrn, [Http://Ssrn.com/Abstract=1995534](http://Ssrn.com/Abstract=1995534) Or [Http://Dx.Doi.Org/10.2139/Ssrn.1995534](http://Dx.Doi.Org/10.2139/Ssrn.1995534)

Macke, J., Sarate, J. A. R., e De Atayde Moschen, S. (2019). Smart Sustainable Cities Evaluation And Sense Of Community. *Journal Of Cleaner Production*, 239,118103, Pp. 1-8.

Moallemi, E. A., Malekpour, S., Hadjikakou, M., Raven, R., Szetey, K., Moghadam, M. M., ... e Bryan, B. A. (2019). Local Agenda 2030 For Sustainable Development. *The Lancet Planetary Health*, 3 (6), Pp. 240-241.

Naidoo, R., e Fisher, B. (2020). Sustainable Development Goals: Pandemic Reset. *Nature*. 583, Pp. 198-201. Disponível Em: [D41586-020-01999-X.Pdf \(Nature.Com\)](#)

Nilsson, M., Griggs, D., e Visbeck, M., (2016). Policy: Map The Interactions Between Sustainable Development Goals. *Nature News*, 534, (7607), Pp. 320-322.

Oliveira, G. M., Vidal, D. G., e Maia, R. L. (2020). Monitoring Portuguese Living Conditions At Local Scale: A Case Study Based On Sustainable Development Indicators. *International Journal Of Sustainable Development & World Ecology*, 27 (2), Pp. 140-152.

Pauzuoliene, J., e Mauriciene, I. (2013). Implementation Of Social Responsibility In Public Institutions. *Social Research*, 4 (33), Pp. 141-151.

Scoones, I., Stirling, A., Abrol, D., Atela, J., Charli-Joseph, L., Eakin, H., ... e Yang, L. (2020). Transformations To Sustainability: Combining Structural, Systemic And Enabling Approaches. *Current Opinion In Environmental Sustainability*, 42, Pp. 65-75.

Singh, S. K., Chen, J., Del Giudice, M., e El-Kassar, A. N. (2019). Environmental Ethics, Environmental Performance, And Competitive Advantage: Role Of Environmental Training. *Technological Forecasting And Social Change*, 146, Pp. 203-211.

Sodiq, A., Baloch, A., Khan, S., Sezer, N., Mahmoud, S., Jama, M., e Abdelaal, A. (2019). Towards Modern Sustainable Cities: Review Of Sustainability Principles And Trends. *Journal Of Cleaner Production*, 227, Pp. 972-1001.

Stafford-Smith, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N. ...,O'connell, D. (2017). Integration: The Key To Implementing The Sustainable Development Goals. *Sustainability Science*, 12, (6), Pp. 911-919.

Von Carlowitz, H. C. (1732). *Sylvicultura Oeconomica, Oder Hauswirthliche Nachricht Und Naturmässige Anweisung Zur Wilden Baumzucht*. (Vol. 1).(S.D). Johann Friedrich Brauns. Disponível Em: [Sylvicultura Oeconomica, Oder Hauswirthliche Nachricht Und Naturmässige ... - Hans Carl Von Carlowitz - Google Livros](#)

Yigitcanlar, T., Kamruzzaman, M., Foth, M., Sabatini-Marques, J., Da Costa, E., e Ioppolo, G. (2019). Can Cities Become Smart Without Being Sustainable? A Systematic Review Of The Literature. *Sustainable Cities And Society*, 45, Pp. 348-365.